



Simulado Final

TJ MS

Analista Judiciário - Área Fim
Direito – Pós-Edital

Simulado

Simulado Final TJ-MS (Analista Judiciário - Área Fim - Direito)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Analista Judiciário - Área Fim - Direito do TJ-MS**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/r3zVfxSkZMAYstWr9>

- | | | | | |
|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| 01 - (A)(B)(C)(D)(E) | 13 - (A)(B)(C)(D)(E) | 25 - (A)(B)(C)(D)(E) | 37 - (A)(B)(C)(D)(E) | 49 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 02 - (A)(B)(C)(D)(E) | 14 - (A)(B)(C)(D)(E) | 26 - (A)(B)(C)(D)(E) | 38 - (A)(B)(C)(D)(E) | 50 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 03 - (A)(B)(C)(D)(E) | 15 - (A)(B)(C)(D)(E) | 27 - (A)(B)(C)(D)(E) | 39 - (A)(B)(C)(D)(E) | 51 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 04 - (A)(B)(C)(D)(E) | 16 - (A)(B)(C)(D)(E) | 28 - (A)(B)(C)(D)(E) | 40 - (A)(B)(C)(D)(E) | 52 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 05 - (A)(B)(C)(D)(E) | 17 - (A)(B)(C)(D)(E) | 29 - (A)(B)(C)(D)(E) | 41 - (A)(B)(C)(D)(E) | 53 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 06 - (A)(B)(C)(D)(E) | 18 - (A)(B)(C)(D)(E) | 30 - (A)(B)(C)(D)(E) | 42 - (A)(B)(C)(D)(E) | 54 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 07 - (A)(B)(C)(D)(E) | 19 - (A)(B)(C)(D)(E) | 31 - (A)(B)(C)(D)(E) | 43 - (A)(B)(C)(D)(E) | 55 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 08 - (A)(B)(C)(D)(E) | 20 - (A)(B)(C)(D)(E) | 32 - (A)(B)(C)(D)(E) | 44 - (A)(B)(C)(D)(E) | 56 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 09 - (A)(B)(C)(D)(E) | 21 - (A)(B)(C)(D)(E) | 33 - (A)(B)(C)(D)(E) | 45 - (A)(B)(C)(D)(E) | 57 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 10 - (A)(B)(C)(D)(E) | 22 - (A)(B)(C)(D)(E) | 34 - (A)(B)(C)(D)(E) | 46 - (A)(B)(C)(D)(E) | 58 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 11 - (A)(B)(C)(D)(E) | 23 - (A)(B)(C)(D)(E) | 35 - (A)(B)(C)(D)(E) | 47 - (A)(B)(C)(D)(E) | 59 - (A)(B)(C)(D)(E) |
| 12 - (A)(B)(C)(D)(E) | 24 - (A)(B)(C)(D)(E) | 36 - (A)(B)(C)(D)(E) | 48 - (A)(B)(C)(D)(E) | 60 - (A)(B)(C)(D)(E) |

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<http://estrategi.ac/bny9jd>

CONHECIMENTOS BÁSICOS**LÍNGUA PORTUGUESA**

Felipe Luccas

01. *O serviço de saúde do Reino Unido, o National Health Service (NHS), recomenda que os adultos devem fazer, pelo menos, 150 minutos de atividade de intensidade moderada por semana, como uma caminhada rápida, ou 75 minutos de atividade de intensidade vigorosa por semana, como uma corrida. Outra orientação é fazer exercícios de fortalecimento muscular pelo menos dois dias por semana.*

— *Este estudo acrescenta ao que já sabemos sobre atividade e nossa saúde, mostrando que ficar sentado por mais de oito horas por dia representa um risco elevado de acidente vascular cerebral. Uma ótima maneira de melhorar sua saúde cardiovascular é fazer 150 minutos de atividade física por semana, o que equivale a apenas meia hora por cinco dias — afirmou Chloe MacArthur, da British Heart Foundation, ao jornal “Daily Mail”.*

Da leitura desse texto, assinale a dedução adequada.

- a) O *National Health Service* recomenda que os adultos devem fazer 150 minutos de atividade de intensidade moderada por semana;
- b) Os adultos devem fazer caminhadas rápidas ou metade do tempo em atividades vigorosas, ao menos duas vezes por semana;
- c) Crianças e Adolescentes não se encontram no escopo das recomendações, que são benéficas a indivíduos adultos;
- d) Uma ótima maneira de melhorar sua saúde cardiovascular é fazer apenas meia hora de atividade física por cinco dias;
- e) A correlação entre ficar diariamente mais de oito horas sentado e os riscos à saúde não é necessariamente surpreendente.

02. "É mais fácil passar céu e terra do que uma só vírgula cair da lei".

(Lucas 16:17)

Sobre o versículo acima, é correto afirmar que:

- a) "cair" foi empregado em sentido lógico;
- b) é impossível uma vírgula cair da lei;
- c) "passar céu" tem sentido de anoitecer;
- d) alterações da lei são improváveis;
- e) "passar" deveria estar no plural.

03. "Toda lei boa deve ser curta; quando longa, transforma-se em regulamento."

(Napoleão Bonaparte)

Sobre a estrutura e os sentidos do pensamento acima, assinale a alternativa incorreta.

- a) as leis boas devem ser curtas;
- b) após "longa" subentende-se a forma "é";
- c) regulamentos são mais longos que leis;
- d) regulamentos não são bons;
- e) uma lei longa não é boa.

04. Assinale a frase que não se enquadra entre os textos injuntivos.

- a) "Apressa-te a viver bem e pensa que cada dia é, por si só, uma vida". – Sêneca.
- b) "Você tem poder sobre sua mente – não sobre eventos externos. Perceba isso e você encontrará a sua força." – Marco Aurélio.
- c) "Pense na beleza da vida. Observe as estrelas e veja-se correndo com elas." – Marco Aurélio.
- d) "Quem não se contenta com pouco, não se contenta com nada." – Epicuro.
- e) "Não explique sua filosofia, mas sim incorpore-a." – Epicteto.

05. Observe as citações abaixo.

“Não explique sua filosofia, mas sim incorpore-a.”

“Controle o seu desejo – não coloque o seu coração em tantas coisas, só assim você obterá o que precisa.”

Se o tratamento nessas sentenças remeter à segunda pessoa do singular, a reescritura adequada será:

a) *“Não expliques tua filosofia, mas sim incorpora-a.”*
“Controla o teu desejo – não coloques o teu coração em tantas coisas, só assim tu obterás o que precisas.”

b) *“Não expliques tua filosofia, mas sim incorpora-a.”*
“Controla o teu desejo – não coloques o teu coração em tantas coisas, só assim tu obterá o que precisa.”

c) *“Não explica tua filosofia, mas sim incorpora-a.”*
“Controla o teu desejo – não coloques o teu coração em tantas coisas, só assim tu obterás o que precisas.”

d) *“Não expliques tua filosofia, mas sim incorpora-a.”*
“Controle o teu desejo – não coloques o teu coração em tantas coisas, só assim tu obterá o que precisas.”

e) *“Não explica sua filosofia, mas sim incorpora-a.”*
“Controle o teu desejo – não coloques o seu coração em tantas coisas, só assim tu obterás o que precisa.”

06. Assinale a frase em que o termo sublinhado mostra uma classe gramatical diferente das demais.

- a) O mais necessário é absolutamente trivial.
- b) Visite o museu com mais tempo nas férias.
- c) A mão é mais rápida que os olhos.
- d) Não penso mais em aposentadoria.
- e) Juntos chegaremos mais longe.

07. Assinale a interpretação correta sobre o texto a seguir.

A vida moderna é cheia de distrações — e algumas delas podem ter um efeito negativo na nossa capacidade de concentração nos estudos. O problema é que muitas pessoas tendem a subestimar o quão distraídas elas são pelo que acontece ao seu redor.

A leitura é frequentemente acompanhada por uma fala de fundo, como o som da televisão, ou conversas de amigos e colegas. Ao tentar se concentrar em uma tarefa, pessoas costumam reportar que a presença próxima da fala é irritante. Mas elas não costumam ser muito boas em estimar com precisão quão distraídas elas serão por esses sons. Não obstante, quando medida em laboratório, a habilidade de completar tarefas relacionadas aos estudos normalmente é piorada pelo som de conversas irrelevantes ao fundo.

(Nexo Jornal)

- a) algumas distrações modernas podem não ter um efeito negativo na concentração;
- b) nenhuma pessoa ignora o quão distraída pode ser pelo que acontece ao seu redor;
- c) medições em laboratório provam que conversas irrelevantes prejudicam a leitura;
- d) um estudo científico sugeriu que sons paralelos distraem mais que as pessoas estimam;
- e) todas as pessoas relatam que a proximidade da fala alheia é irritante.

08. Analise as preposições destacadas:

*A leitura é frequentemente acompanhada por uma fala **de** fundo, como o som da televisão, ou conversas **de** amigos e colegas. Ao tentar se concentrar em uma tarefa, pessoas costumam reportar que a presença próxima da fala é irritante. Mas elas não costumam ser muito boas em estimar com precisão quão distraídas elas serão por esses sons. Não obstante, quando medida em laboratório, a habilidade **de** completar tarefas relacionadas aos estudos normalmente é piorada pelo som **de** conversas irrelevantes **de** fundo.*

(Nexo Jornal)

A preposição "de" é relacional em:

- a) *por* fala **de** fundo;
- b) *conversas* **de** amigos e colegas;
- c) *habilidade* **de** completar tarefas;
- d) *som* **de** conversas;
- e) *conversas irrelevantes* **de** fundo.

09. Sobre as estruturas do texto abaixo, assinale a alternativa incorreta.

A vida moderna é cheia de distrações — e algumas delas podem ter um efeito negativo na nossa capacidade de concentração nos estudos. O problema é que muitas pessoas tendem a subestimar o quão distraídas elas são pelo que acontece ao seu redor.

A leitura é frequentemente acompanhada por uma fala de fundo, como o som da televisão, ou conversas de amigos e colegas. Ao tentar se concentrar em uma tarefa, pessoas costumam reportar que a presença próxima da fala é irritante. Mas elas não costumam ser muito boas em estimar com precisão quão distraídas elas serão por esses sons. Não obstante, quando medida em laboratório, a habilidade de completar tarefas relacionadas aos estudos normalmente é piorada pelo som de conversas irrelevantes ao fundo.

(Nexo Jornal)

- a) a forma pronominal "delas" se refere a "distrações";
- b) o pronome possessivo "nossa" expressa valor de inclusão;
- c) "quão" e "com precisão" exercem mesma função sintática;
- d) "frequentemente" e "normalmente" expressam frequência;
- e) "pelo som" expressa noção de causa.

10. Nas opções abaixo há exemplos de metáforas; assinale a opção em que essa metáfora se encontra explicitada.

- a) Nenhum divertimento é tão barato quanto ler. Nenhum prazer dura tanto.
- b) Devore mais romances e menos livros sobre negócios: relações são tudo.
- c) Ler é para a mente o que os exercícios são para o corpo.
- d) O sábio lê livros, mas também a vida.
- e) A leitura é um vício que passa impune.

11. Observe a seguinte frase:

"A Escola Austríaca de Economia conseguiu prever com exatidão dez das últimas duas crises mundiais."

(Autor desconhecido)

Sobre a estruturação desse pensamento, é correto afirmar que a Escola Austríaca é associada a:

- a) previdência;
- b) euforia;
- c) precisão;
- d) otimismo;
- e) alarmismo.

12. "O nosso bairro está extremamente perigoso, semana passada uma menina foi assaltada."

A sentença acima ilustra um raciocínio por

- a) indução;
- b) dedução;
- c) abdução;
- d) comoção;
- e) emoção.

13. Observe o seguinte texto descritivo:

"A montanha era íngreme e cheia de neblina, que permitiam entrever um vilarejo. Na última casa de uma viela sem saída, havia uma casa com uma luz vermelha. À sua frente, num pequeno pátio gramado, duas mulheres seminuas fumavam e gargalhavam forte, embora tivessem semblantes exaustos. Estavam alheias ao olhar impiedoso que atravessava a porta entreaberta da sala."

A estratégia empregada nessa descrição é bem definida do seguinte modo:

- a) a descrição mostra elementos de longe para perto da focalização descritiva.
- b) o texto apela particularmente para os sentidos da visão, do tato e da audição.
- c) a sequência descritiva parte do geral para o específico, até entrar.
- d) o observador do texto não descreve integralmente a cena por não poder movimentar-se.
- e) a focalização descritiva é feita do alto para baixo, terminando por aproximar-se do observador.

14. Nas opções abaixo há a indicação de um tipo de texto, suas marcas essenciais e exemplos desses textos; a opção em que os exemplos de textos citados correspondem ao tipo inicialmente apontado, é:

- a) narrativo – relato de fatos em ordem cronológica / tutorial.
- b) explicativo – fazer compreender algo / romance;
- c) argumentativo – defesa ou ataque a uma ideia / bula;
- d) descritivo – descrição de objetos distintos / publicidade de um produto;
- e) injuntivo – indicação instruções gerais / receita culinária;

15. Assinale a opção que apresenta as duas palavras que devem ser grafadas com **es** e não com **ex**.

- a) Excusar / expurgo.
- b) Estender / espontâneo.
- c) Excomungar / expectador.
- d) Extirpar / extenso.
- e) Exterminar / extremoso.

NOÇÕES DE LEGISLAÇÃO*Tiago Zanolla*

16. Helena, uma servidora ocupante de cargo em comissão no Tribunal de Justiça do MS, foi recentemente acusada de violar as normas do Código de Ética ao divulgar informações confidenciais durante uma conferência. O caso está sob análise e Helena está preocupada com as possíveis repercussões.

De acordo com o Código de Ética, qual o procedimento correto a ser seguido pelo Tribunal em relação a Helena?

- a) Aplicar a penalidade de censura imediatamente, sem a necessidade de processo formal.
- b) O Presidente do Tribunal de Justiça do MS deve aplicar a penalidade de censura, com prazo de 30 dias após o recebimento do processo.
- c) O Diretor-Geral da Secretaria deve aplicar a penalidade de censura, permitindo a Helena um recurso ao Presidente.
- d) Comunicar o órgão de origem de Helena sobre a violação para que a penalidade de censura seja aplicada por eles.
- e) Helena tem o direito de romper o vínculo com o serviço público para evitar a penalidade.

17. Durante uma reunião ordinária do Conselho Superior da Magistratura, houve uma discussão acalorada sobre a disciplina de um juiz que supostamente violou o código de ética. O juiz em questão e seu advogado estão presentes na sessão. Como a discussão avança, o advogado solicita permissão para falar a fim de esclarecer um equívoco relacionado ao caso. Com base no Art. 44 do código, qual é a conduta correta a ser adotada pelo Conselho?

- a) Permitir que o advogado faça uma apresentação formal de defesa.
- b) Negar ao advogado o direito de falar, uma vez que as sessões são reservadas.

c) Permitir que o advogado fale, mas somente se intervier pela ordem para esclarecer equívocos ou dúvidas.

d) Ignorar o pedido do advogado, pois a decisão será tomada por maioria de votos.

e) Permitir que o advogado participe da votação para defender o juiz.

18. Ana, uma servidora do Judiciário que estava em disponibilidade devido a reestruturações administrativas, foi notificada sobre uma vaga disponível para ser reaproveitada. O cargo oferecido, no entanto, tem um padrão de vencimentos inferior ao que ela ocupava anteriormente. Ana está preocupada com as implicações financeiras dessa mudança e com o processo de inspeção médica que deve preceder o aproveitamento. Com base no Regime Jurídico dos Servidores, qual das seguintes afirmações é correta sobre o processo de aproveitamento de Ana?

- a) Ana deve aceitar o cargo inferior sem direito a qualquer compensação salarial.
- b) Ana será compensada pela diferença salarial se o aproveitamento for em cargo de padrão inferior.
- c) Ana pode recusar o aproveitamento se o cargo oferecido for de um padrão inferior.
- d) Ana pode ser aposentada automaticamente se recusar o cargo oferecido.
- e) Ana deve realizar uma inspeção médica somente se o laudo anterior não foi favorável.

19. Camila, uma estudante de direito em estágio no Tribunal de Justiça, recebeu a tarefa de elaborar um relatório sobre a estrutura organizacional do Tribunal para entender melhor seu funcionamento. Com base no Regimento Interno e Manual da Secretaria, que descreve os componentes da Secretaria do Tribunal de Justiça, qual das opções a seguir lista corretamente todas as partes que compõem a Secretaria?

- a) Presidência, Vice-Presidência, Corregedoria-Geral de Justiça, Secretaria de Gestão Humana.
- b) Presidência, Vice-Presidência, Corregedoria-Geral de Justiça, Conselho Superior da Magistratura.
- c) Presidência, Gabinete do Presidente, Corregedoria-Geral de Justiça, Departamento Jurídico.
- d) Vice-Presidência, Corregedoria-Geral de Justiça, Conselho de Administração, Conselho Fiscal.
- e) Presidência, Vice-Presidência, Conselho Superior da Magistratura, Departamento de Execuções Penais.

20. Jorge, novo coordenador de compliance no Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, está revisando as definições de políticas internas para assegurar que todos no tribunal estejam em conformidade com as normas estabelecidas pela Portaria recentemente aprovada. Ele está focado especialmente em clarificar as distinções entre presentes, brindes e hospitalidade para evitar mal-entendidos entre os colaboradores. Com base no Art. 3º da Portaria, como Jorge deveria explicar a diferença entre "presentes", "brindes" e "hospitalidade" para os colaboradores?

- a) Presentes são objetos com valor significativo que podem ou não ter uma marca institucional, brindes são lembranças sem valor comercial significativo, e hospitalidade inclui qualquer despesa necessária para promoção de produtos ou eventos da empresa.
- b) Presentes e brindes são a mesma coisa, ambos referem-se a objetos dados como cortesia, e hospitalidade refere-se a viagens e hospedagens oferecidas por terceiros.
- c) Presentes incluem itens de alto valor como relógios e eletrônicos, brindes são distribuídos como cortesia e têm pouco valor comercial, e hospitalidade abrange despesas como viagens e alimentação oferecidas para fins promocionais.
- d) Todos os termos referem-se a itens de valor e devem ser considerados da mesma maneira sob as políticas de compliance do tribunal.
- e) Hospitalidade refere-se apenas a despesas com alimentação, enquanto presentes e brindes incluem qualquer item dado em eventos, independentemente do valor.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**DIREITO ADMINISTRATIVO***Antônio Daud*

21. A respeito da prestação indireta dos serviços públicos, é correto afirmar que:

- a) A concessão de serviço público consiste na delegação de sua prestação, mediante licitação na modalidade concorrência, à pessoa jurídica ou consórcio de empresas, vedada a adoção de outras modalidades.
- b) A permissão de serviço público representa um dos instrumentos da descentralização por serviços, em que ocorre a delegação da titularidade e sua respectiva prestação, sempre mediante prévia licitação.
- c) A interrupção da prestação do serviço público em razão do inadimplemento do usuário caracteriza-se como descontinuidade do serviço.
- d) Concessão administrativa representa o contrato de prestação de serviços de que a Administração Pública é a usuária direta ou indireta, quando envolver, adicionalmente à tarifa cobrada dos usuários, contraprestação pecuniária do parceiro público ao parceiro privado.
- e) A sustentabilidade financeira e vantagens socioeconômicas é diretriz que deve ser observada nos projetos de parceria público-privada.

22. Maria, servidora pública do Estado Beta, recebeu vantagem econômica indevida para tolerar exploração de jogos de azar em determinada localidade. Neste caso,

- a) Maria se sujeitará à suspensão de seus direitos políticos pelo prazo de até 12 anos.
- b) Maria se sujeitará à aplicação de multa de até 3 vezes o valor do dano por ela causado.
- c) na hipótese de fusão societária, a responsabilidade da sucessora alcança a obrigação de reparação integral do dano causado, até o limite do

patrimônio transferido, bem como as demais sanções previstas em Lei em razão dos atos e de fatos ocorridos antes da data da fusão ou da incorporação.

- d) Maria estará sujeita a perder os bens ou valores acrescidos ao seu patrimônio, o que poderá alcançar seus sucessores, até o limite do valor da herança deixada por ela.
- e) o ato de improbidade poderá ser caracterizado mediante dolo ou culpa da servidora.

23. De acordo com a “Lei Anticorrupção” (Lei 12.846/2013), assinale a alternativa correta:

- a) O impedimento de celebrar novo acordo de leniência decorrente do descumprimento de acordo anterior pode se estender de 4 a 5 anos, a depender do grau de cooperação da empresa e da relevância da sua contribuição para o andamento das investigações.
- b) Está apta a celebrar o acordo de leniência a pessoa jurídica que cessou completamente seu envolvimento na infração investigada, a partir da data de propositura do acordo, ainda que não admita sua participação no ilícito.
- c) A empresa poderá ser responsabilizada mesmo que seus diretores ou administradores não sejam.
- d) A responsabilização civil das pessoas jurídicas pressupõe a demonstração de dolo ou culpa, uma vez que serão responsabilizadas objetivamente, nos âmbitos administrativo e civil.
- e) Constitui ato lesivo à administração pública a conduta de, comprovadamente, utilizar-se de interposta pessoa física ou jurídica para realizar intermediação de mão de obra.

- 24.** É correto afirmar que um tribunal de justiça (TJ):
- a) tem seu pessoal admitido sob vínculos regidos pela CLT (Consolidação das Leis do Trabalho).
 - b) submete-se à responsabilidade civil subjetiva.
 - c) possui patrimônio e personalidade jurídica próprios.
 - d) representa órgão público da administração direta.
 - e) não pode exercer controle administrativo.

- 25.** Em relação ao sistema de registro de preços, é INCORRETO afirmar que:
- a) É sempre permitida a participação de um órgão público em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado.
 - b) O edital de licitação para registro de preços deverá estabelecer o critério de julgamento da licitação, que será o de menor preço ou maior desconto.
 - c) É vedada aos órgãos da Administração Pública federal a adesão à ata de registro de preços gerenciada por órgão municipal.
 - d) O prazo de vigência da ata de registro de preços será de um ano e poderá ser prorrogado, por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, embora o contrato decorrente da ata possa ter vigência distinta.
 - e) A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas para o fornecedor.

- 26.** No que se refere aos agentes públicos, assinale a alternativa que está de acordo com as regras constitucionais:
- a) é cabível a acumulação de dois cargos de natureza técnica ou científica.
 - b) a proibição de acumular cargos não alcança empresas públicas e sociedades de economia mista exploradoras de atividade econômica.
 - c) em exceção ao princípio da vedação à acumulação remunerada de cargos, juízes estão autorizados a exercerem uma função de magistério.
 - d) é vedado ao servidor público civil o direito à livre associação sindical.
 - e) são vitalícios após três anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.

DIREITO CONSTITUCIONAL

João Trindade

- 27.** Um grupo de revolucionários, ao tomar o poder no País Alfa, resolve designar um conselho de ancião para elaborar a Constituição, a qual deverá ser submetida à aprovação popular mediante referendo, depois de elaborada. Essa constituição, além disso, deve apenas legitimar a tomada do poder pelo grupo revolucionário, sem efetivamente limitar o poder do Estado.

Nesse contexto, de acordo com a classificação das constituições, essa nova constituição do País Alfa pode ser caracterizada como:

- a) promulgada e normativa
- b) outorgada e semântica
- c) bonapartista e semântica
- d) cesarista e nominal
- e) outorgada e normativa

28. Um grupo de 26 Senadores apresentou, durante uma situação de calamidade de grandes proporções da natureza, uma Proposta de Emenda à Constituição para inserir um novo dispositivo no art. 5º da CF, tratando do direito fundamental a não ser discriminado em razão da orientação sexual. Depois de aprovada em cada Casa do Congresso Nacional, em turno único, por 3/5 do total de membros, a PEC foi sancionada pelo Presidente da República e por ele promulgada.

Nesse contexto, pode-se afirmar que a PEC:

- a) apresenta vícios quanto à iniciativa, à violação aos limites circunstanciais e às regras de tramitação
- b) apresenta vícios quanto à iniciativa, às regras de tramitação e à sanção e promulgação pelo Presidente da República
- c) apresenta vícios quanto à iniciativa, à violação das cláusulas pétreas, à violação aos limites circunstanciais e às regras de tramitação
- d) apresenta apenas vício de iniciativa
- e) apresenta apenas vício de iniciativa e violação aos limites circunstanciais

29. Wesskkleysson, eleito deputado federal pelo Partido Beta, ficou surpreso ao descobrir que a agremiação não atingira o número mínimo de votos para cumprir a chamada “cláusula de barreira”. Assustado, procurou sua advogada, para saber se pode mudar de agremiação, mantendo o mandato. Foi, então, informado corretamente que:

- a) pode migrar para outro partido que tenha alcançado a cláusula de barreira, sem perder o mandato
- b) pode migrar para outro partido que tenha alcançado ou não a cláusula de barreira, sem perder o mandato
- c) pode migrar para outro partido que tenha alcançado a cláusula de barreira, mas vai perder o mandato
- d) pode migrar para outro partido que tenha alcançado a cláusula de barreira, sem perder o

mandato, diferentemente do que aconteceria se tivesse sido eleito senador, quando então perderia o mandato eletivo

- e) não pode migrar de partido

30. Sobre a efetivação dos direitos fundamentais de segunda geração, assinale a alternativa incorreta:

- a) o conceito de mínimo existencial, derivado da ideia de dignidade humana, impede o completo esvaziamento das obrigações estatais de implementação dos direitos sociais
- b) Todo brasileiro em situação de vulnerabilidade social terá direito a uma renda básica familiar, garantida pelo poder público em programa permanente de transferência de renda, cujas normas e requisitos de acesso serão determinados em lei, observada a legislação fiscal e orçamentária
- c) São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados
- d) é vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até um ano após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei
- e) a teoria da reserva do possível condiciona a efetivação e implementação dos direitos prestacionais de segunda geração apenas à existência de disponibilidade financeira e orçamentária

31. A população da porção norte de determinado Estado brasileiro, revoltada com o resultado da eleição para governador, o qual se atribui ao baixo nível educacional e civilizatório da população da parte sul daquela Unidade, deseja desmembrar-se do Estado atual para passar a constituir um território federal. À luz das disposições constitucionais a respeito do tema, pode-se afirmar que:

- a) o pleito é juridicamente impossível, dada a vedação à secessão no sistema constitucional brasileiro
- b) a alteração depende de consulta à população do Estado que sofrerá o desmembramento, bem como de aprovação do Congresso Nacional, mediante lei complementar
- c) a alteração depende apenas de aprovação do Congresso Nacional, mediante lei complementar
- d) o pleito só seria juridicamente possível com aprovação de toda a população brasileira, mediante plebiscito
- e) a alteração depende de consulta à população do Estado, na forma de referendo

32. O TJMS, ao julgar mandado de segurança impetrado contra ato do Governador, denegou a ordem, considerando que o direito fundamental à ampla defesa não se aplica aos processos administrativos de caráter não disciplinar. Inconformado, o advogado que patrocinou o MS pretende recorrer. Nesse caso, à luz da CF, o recurso cabível é:

- a) apelação para o TRF
- b) recurso ordinário para o STJ
- c) recurso ordinário para o STF
- d) recurso extraordinário para o STF
- e) recurso especial para o STJ

DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

33. Com relação às normas dispostas na Lei 8.245/91: I - O locatário poderá denunciar a locação por prazo indeterminado mediante aviso por escrito ao locador, com antecedência mínima de trinta dias. II - Se o imóvel for alienado durante a locação, o adquirente poderá denunciar o contrato, com o prazo de trinta dias para a desocupação, salvo se a locação for por tempo determinado e o contrato contiver cláusula de vigência em caso de alienação e estiver averbado junto à matrícula do imóvel. III - A denúncia deverá ser exercitada no prazo de trinta dias contados do registro da venda ou do compromisso, presumindo - se, após esse prazo, a concordância na manutenção da locação. IV - A cessão da locação, a sublocação e o empréstimo do imóvel, total ou parcialmente, dependem do consentimento prévio e escrito do locador.

Aponte as assertivas corretas:

- a) I e II.
- b) II e III.
- c) III e IV.
- d) I e IV.
- e) Todas estão corretas

34. Em se tratando daquilo que dispõe o Estatuto do Idoso, a Lei 10.741/2003, é correto afirmar que:

- a) As pessoas a quem se destina a lei são aquelas cuja idade é superior a 65 anos.
- b) O Estado é o principal responsável pela prevenção a ameaça ou violação aos direitos do idoso.
- c) A inobservância das normas de prevenção previstas no Estatuto do Idoso pode acarretar a responsabilização tanto da pessoa física quanto da pessoa jurídica.
- d) O envelhecimento é um direito social e sua proteção um direito personalíssimo.
- e) O idoso não goza de direito aos alimentos, devendo buscar auxílio do governo, caso necessário.

35. Sobre o que dispõe a Lei dos Direitos Autorais, assinale a alternativa correta

- a) Interpretam-se restritivamente os negócios jurídicos sobre os direitos autorais.
- b) Os direitos autorais reputam-se, para os efeitos legais, bens imóveis.
- c) Serão de domínio da União, dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios as obras por eles simplesmente subvencionadas.
- d) O autor das obras intelectuais é a pessoa física criadora de obra literária, artística ou científica, não sendo concedida a mesma proteção às pessoas jurídicas.
- e) São obras intelectuais protegidas as criações do espírito, expressas por qualquer meio ou fixadas em qualquer suporte, tangível ou intangível, desde que conhecido, não sendo permitido que se reconheça as obras inventadas no futuro.

36. Conforme expressamente prevê o Código Civil, são absolutamente incapazes de exercer os atos da vida civil:

- a) Os pródigos.
- b) Aqueles que, por causa transitória, ou permanente, não puderem exprimir sua vontade.
- c) Os viciados em tóxicos.
- d) Os ébrios habituais.
- e) Os menores de 16 anos.

37. A respeito de nome civil, assinale a opção incorreta.

- a) Toda pessoa tem direito ao nome, nele compreendidos o prenome e o sobrenome.
- b) É vedada a utilização de nome alheio em propaganda comercial sem a devida autorização.
- c) O pseudônimo adotado para atividades lícitas goza da proteção que se dá ao nome.
- d) Pseudônimo adotado para o exercício de atividades lícitas não possui proteção.
- e) A utilização do nome de uma pessoa por outrem em publicação cujo conteúdo a expõe à desprezo público é ilegal.

38. Considerando a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça e a disposição do Código Civil, assinale a alternativa correta.

- a) O incapaz não responde por quaisquer prejuízos que causar a terceiros, independentemente da condição em que seus respectivos responsáveis se encontrem no momento da ocorrência do dano.
- b) Não são responsáveis pela reparação civil em caso de dano à terceiros provocados pelos hóspedes, os respectivos donos de hotéis e hospedarias.
- c) Os filhos absolutamente incapazes, quando praticarem atos que causem prejuízos, serão solidariamente responsáveis com seus pais pelos danos causados.
- d) Os direitos à informação e à livre manifestação do pensamento não possuem caráter absoluto, encontrando limites na legislação infraconstitucional e nas garantias constitucionais essenciais à concretização da dignidade da pessoa humana.
- e) Depende de prova do prejuízo a indenização pela publicação não autorizada da imagem de pessoa com fins econômicos ou comerciais.

39. Sobre a hipoteca, é correto afirmar:

- a) Nas dívidas garantidas por penhor, anticrese ou hipoteca, o bem dado em garantia fica sujeito, por vínculo obrigacional, ao cumprimento da obrigação.
- b) É nula a cláusula que proíbe ao proprietário alienar imóvel hipotecado.
- c) O pagamento de uma ou mais prestações da dívida importa exoneração correspondente da garantia, desde que compreenda vários bens.
- d) A propriedade superveniente não torna eficaz as garantias reais estabelecidas por quem não era dono.
- e) Nos contratos de hipoteca, a dívida não se considera vencida se o devedor cair em insolvência ou falir.

40. Julgada a partilha, fica o direito de cada um dos herdeiros circunscritos aos bens do seu quinhão. No caso de evicção, os coerdeiros:

- a) não são obrigados a se indenizarem, de maneira absoluta.
- b) são obrigados a se indenizarem, sendo nula convenção em contrário.
- c) são obrigados a se indenizarem na proporção de suas quotas.
- d) são obrigados a se indenizarem, se a evicção se der por culpa do evicto.
- e) são obrigados a se indenizarem, por fato posterior à partilha.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Ricardo Torques

41. Antônio ajuizou, em abril de 2024, ação de execução de título extrajudicial em desfavor de Carla, em virtude de contrato de mútuo celebrado entre as partes. O contrato foi celebrado por meio eletrônico em 09 de janeiro de 2024, com

assinaturas eletrônicas íntegras de ambas as partes, conferida por provedor, sem testemunhas. Junto com a petição inicial, Antônio requereu que, caso não fosse paga a quantia constante da planilha, se procedesse de imediato com a utilização da Central Nacional de Indisponibilidade de Bens (CNIB) como medida executiva atípica. Pleiteou, também, pela suspensão da CNH e do passaporte de Carla. Sobre a situação narrada, assinale a alternativa correta:

- a) O contrato celebrado entre as partes não configura título executivo extrajudicial, pela ausência da assinatura de duas testemunhas.
- b) Diante da constitucionalidade das medidas executivas atípicas, o pedido de utilização da CNIB deve ser, de plano, deferido pelo juízo.
- c) Ainda que eventualmente esgotadas diligências em busca de bens da executada, a utilização da CNIB tem sido rechaçada, pela falta de razoabilidade.
- d) O exequente responde objetivamente pela reparação de eventuais prejuízos causados ao executado, tendo em vista o risco da execução.
- e) O Supremo Tribunal Federal (STF) reputou inconstitucional a utilização de medidas atípicas, tais quais a suspensão de CNH e do passaporte.

42. A Fazenda Pública Estadual goza de algumas prerrogativas processuais, inerentes à sua atuação. Dentre as alternativas abaixo, assinale aquela que traz, corretamente, uma hipótese de aplicação dessas prerrogativas:

- a) Prazo em dobro para responder à ação rescisória.
- b) Prazo quádruplo para recorrer.
- c) Prazo em dobro para interpor recurso no âmbito do processo objetivo de controle de constitucionalidade.
- d) Prazo em dobro para contestar ação popular.
- e) Prazo em dobro para recorrer em procedimento comum, quando figurar como terceira interveniente.

43. Em determinado processo que tramita pelo procedimento comum, o juízo Y proferiu decisão saneadora em que:

- (I) deferiu a gratuidade requerida pela parte A;
- (II) determinou a exclusão do litisconsorte B;
- (III) rejeitou pedido de limitação do litisconsórcio;
- (IV) inadmitiu a intervenção do terceiro C.

Segundo dispõe o Código de Processo Civil, caberá agravo de instrumento:

- a) Apenas em relação aos itens I e II.
- b) Apenas em relação aos itens II, III e IV.
- c) Em relação aos itens, I, II, III e IV.
- d) Apenas em relação aos itens II e III.
- e) Apenas em relação aos itens III e IV.

44. Caio ajuizou ação de indenização por danos morais em desfavor de Tício, residente em Três Lagoas/MS. A ação foi ajuizada em Campo Grande/MS, cidade onde Caio reside. Tício foi devidamente citado por meio de carta precatória para comparecimento em audiência de conciliação presencial em Campo Grande/MS. Considerando a situação narrada e que se trata de processo físico, é correto afirmar que:

- a) Tício poderá juntar a contestação nos autos da carta precatória, seguindo-se sua imediata remessa ao juízo da causa.
- b) Tício poderá protocolar a sua contestação no foro do seu domicílio, mas não haverá suspensão da audiência designada, devendo o tema ser apreciado em sede de decisão de saneamento.
- c) Tício deverá apresentar exceção de incompetência, de forma apartada da contestação.
- d) Não assiste razão à Tício, uma vez que a ação deve ser proposta no foro do domicílio do autor, como regra.
- e) Reconhecida a competência do foro indicado pelo réu, o juízo para o qual for distribuída a contestação ou a carta precatória não será considerado prevento.

45. Maria ajuizou ação pelo procedimento comum em desfavor de Carla. Devidamente citada, Carla não apresentou contestação. Diante disso, o juízo proferiu decisão saneadora determinando que a autora especificasse as provas que pretendia produzir, uma vez que, embora tenha decretado a revelia da ré, entendeu que alegações de fato formuladas pela autora estavam em contradição com a prova constante dos autos. Devidamente citada, a ré pleiteou pela desistência do feito. Diante da situação narrada, é correto afirmar que:

- a) Diante da decretação da revelia da ré, não era possível a determinação de especificação de provas.
- b) A desistência da parte autora dependeria do consentimento da ré e somente poderia ter sido apresentada até a decisão saneadora.
- c) A desistência da parte autora não depende do consentimento da ré e poderia ter sido apresentada até a sentença.
- d) A homologação da desistência implica em extinção do feito com resolução do mérito.
- e) Caso homologada a desistência, Carla deveria ser condenada ao pagamento das despesas processuais.

46. Em ação possessória, o juízo de 1ª instância rejeitou a preliminar de ilegitimidade passiva alegada pelo réu, com os seguintes fundamentos: *“Em que pese as alegações da ré, o entendimento desse juízo é no sentido de que o exame da legitimidade ad causam e do deve ser realizado à luz das afirmações do autor constantes na petição inicial, sem qualquer inferência sobre a veracidade das alegações ou a probabilidade de êxito da pretensão deduzida. Em sendo assim, rejeito a preliminar de ilegitimidade passiva”*. No caso narrado, é correto afirmar que, à luz das teorias da ação, o juízo se utilizou da:

- a) Teoria da asserção.
- b) Teoria imanentista.
- c) Teoria eclética.
- d) Teoria abstrata.
- e) Teoria concreta

47. A empresa X, sustentando a existência de urgência contemporânea à propositura da ação, apresentou petição inicial em desfavor da empresa Y, limitada ao requerimento de tutela antecipada, com indicação do pedido final, exposição da lide, do direito que se buscava realizar e do perigo de dano. Ao receber a petição, caso o juiz entenda pela inexistência dos requisitos para a concessão de tutela antecipada, deverá determinar a emenda da petição inicial em até

- a) 15 (quinze) dias.
- b) 20 (vinte) dias.
- c) 30 (trinta) dias.
- d) 5 (cinco) dias.
- e) 10 (dez) dias.

48. O Ministério Público do Mato Grosso do Sul ajuizou ação de improbidade administrativa em desfavor de Mário, prefeito da cidade X. Em caráter incidental, pleiteou pela indisponibilidade de bens do réu. Sobre o referido pedido, assinale a alternativa correta:

- a) A indisponibilidade de bens não poderá ser decretada sem a oitiva prévia do réu.
- b) O pedido de indisponibilidade de bens não poderá incluir o bloqueio de contas bancárias e aplicações financeiras mantidas pelo indiciado no exterior.
- c) O valor da indisponibilidade não pode ser substituído por seguro-garantia judicial.
- d) Da decisão que deferir ou indeferir a medida relativa à indisponibilidade de bens caberá agravo de instrumento.
- e) A ordem de indisponibilidade de bens deverá priorizar o bloqueio de contas bancárias e, somente após, os veículos de via terrestre.

DIREITO PENAL

Renan Araújo

49. Acerca da aplicação da lei penal no tempo e no espaço, analise as assertivas a seguir:

I – A lei penal que de qualquer modo beneficiar o agente será aplicada aos fatos anteriores, ainda que já tenha havido sentença penal condenatória transitada em julgado, cabendo, nesse caso, ao Juízo da execução penal a aplicação da nova lei benéfica.

II – Aplica-se a lei penal brasileira ao crime de furto qualificado praticado no exterior contra sociedade de economia mista brasileira, ainda que o agente tenha sido absolvido no estrangeiro pelo mesmo crime.

III – A lei penal mais grave se aplica ao crime permanente se a sua vigência é anterior à cessação da permanência.

IV – Consideram-se extensão do território nacional as embarcações e aeronaves, brasileiras, públicas ou privadas, onde quer que se encontrem.

Está correto APENAS o que se afirma em:

- a) I, II e III
- b) I e IV
- c) II, III e IV
- d) I e III
- e) III

50. Alírio entrou clandestinamente na casa de seu primo Ítalo, com o objetivo de subtrair alguns pertences de elevado valor, pois sabia que seu primo guardava joias e dinheiro em espécie em casa. Após entrar na casa, utilizando uma cópia não autorizada da chave original para abrir a fechadura da porta, Alírio começou a procurar bens de valor. Depois de encontrar algumas joias, Alírio encontrou também uma foto antiga, na qual ele e seu primo Ítalo estão se divertindo na casa da avó. Arrependido, abandona a empreitada criminosa e vai embora sem nada subtrair.

Nesse caso, a conduta de Alírio configura:

- a) fato atípico, dada a desistência voluntária
- b) crime de violação de domicílio, em razão da desistência voluntária
- c) crime de violação de domicílio, em razão do arrependimento eficaz
- d) furto simples tentado
- e) furto qualificado tentado

51. Tripa Seca, com *animus necandi*, efetuou disparos de arma de fogo de uso restrito em direção a Rosa. Os disparos atingiram a vítima, que veio a óbito. Todavia, um dos disparos atravessou o corpo da vítima, atingindo de raspão a Rasga-Bucho, que passava pelo local. Este último sofreu apenas lesões corporais.

Considerando que a pena do homicídio doloso qualificado é de reclusão de 12 a 30 anos, e que a pena da lesão corporal culposa é de detenção, de dois meses a um ano, assinale a alternativa correta:

- a) Houve erro na execução, devendo o agente responder por ambos os delitos em concurso formal próprio, aplicando-se o sistema da exasperação.
- b) Houve erro sobre a pessoa, devendo o agente responder por ambos os delitos em concurso formal próprio, aplicando-se o sistema da exasperação.
- c) Houve erro sobre a pessoa, devendo o agente responder por ambos os delitos em concurso formal próprio, mas as penas serão somadas, em razão do cúmulo material benéfico.
- d) Houve *aberratio ictus*, devendo o agente responder por ambos os delitos em concurso material, o que implica somatório das penas (cúmulo material).
- e) Houve *aberratio ictus*, devendo o agente responder por ambos os delitos em concurso formal próprio, mas as penas serão somadas, em razão do cúmulo material benéfico.

52. Acerca dos crimes contra a pessoa e contra o patrimônio, assinale a alternativa **incorreta**:

- a) A majorante relativa ao repouso noturno se aplica tanto ao furto simples quanto ao furto qualificado.
- b) É prescindível a apreensão e a perícia de arma de fogo para a caracterização de causa de aumento de pena prevista no art. 157, § 2º-A, I, do Código Penal, quando evidenciado o seu emprego por outros meios de prova.
- c) No crime de furto, são irrelevantes para a configuração da majorante do repouso noturno os fatos de as vítimas estarem ou não dormindo no momento do crime, ou o local de sua ocorrência, em estabelecimento comercial, via pública, residência desabitada ou em veículos, bastando que o furto ocorra, obrigatoriamente, à noite e em situação de repouso.
- d) Segundo entendimento consolidado do STJ, inexistente incompatibilidade entre o dolo eventual e o reconhecimento do meio cruel para a consecução da ação no crime de homicídio.
- e) O perdão judicial é cabível no homicídio culposo, quando o Juiz considerar que as consequências da infração atingiram o próprio agente de forma tão grave que a sanção penal se mostra desnecessária.

53. Em determinado dia, ao chegar em casa mais cedo, Bruna flagra seu marido, Adenor, acariciando os seios e as partes íntimas de sua filha Valentina, de apenas 09 anos de idade, enteada do infrator. Imediatamente Bruna chama a polícia, que prende Adenor em flagrante. Durante a instrução criminal, a vítima, ouvida com os cuidados necessários em razão de sua peculiar condição de pessoa em desenvolvimento, informou que os fatos já vinham ocorrendo há mais de seis meses, pelo menos uma vez por semana, mas que não sabia precisar exatamente quantos eventos criminosos ocorreram. Afirmou ainda que não contava nada para sua mãe por medo do padrasto. Em seu interrogatório, Adenor afirmou que nunca manteve qualquer contato direto com o corpo da vítima, de forma que os toques sempre teriam ocorrido de forma superficial e ligeira, por sobre a roupa, o que teria sido confirmado pela vítima.

Nesse caso, é correto afirmar que a conduta de Adenor configura:

- a) crime de estupro de vulnerável, não sendo possível o reconhecimento da continuidade delitiva.
- b) crime de estupro de vulnerável, sendo possível a aplicação da fração máxima de majoração prevista no art. 71, caput, do Código Penal, relativa à continuidade delitiva.
- c) crime de importunação sexual, em razão da ligeireza e superficialidade da conduta, sendo possível a aplicação da fração máxima de majoração prevista no art. 71, caput, do Código Penal, relativa à continuidade delitiva.
- d) crime de importunação sexual, em razão da ligeireza e superficialidade da conduta, não sendo possível o reconhecimento da continuidade delitiva.
- e) crime de estupro, em continuidade delitiva.

54. No dia 10.03.2023, Juca, então com 20 anos, subtraiu para si o aparelho celular de Lindalva, mediante grave ameaça exercida com emprego de uma faca. Na denúncia oferecida pelo MP foi juntada a FAC (folha de antecedentes criminais) de Juca, contendo duas anotações criminais anteriores: uma condenação definitiva anterior pelo crime de furto, ocorrido em 10.02.2022, transitada em julgado em 11.12.2022, e uma condenação, sem trânsito em julgado, pelo crime de extorsão, em tese praticado no dia 15.04.2022. Realizada a instrução criminal, tendo o acusado exercido o direito ao silêncio em seu interrogatório, o Juiz proferiu sentença condenando Juca pelo crime praticado contra Lindalva.

Nesse caso, quanto à dosimetria da pena, é correto afirmar que:

- a) Juca é considerado reincidente em razão da condenação anterior pelo crime de furto, mas a agravante será integralmente compensada com a atenuante da menoridade relativa.
- b) Juca deve ser considerado portador de maus antecedentes, em razão da condenação anterior por extorsão.
- c) O emprego de arma branca deverá ser levado em consideração na dosimetria da pena, incidindo na segunda fase do processo dosimétrico.
- d) A folha de antecedentes criminais não é documento hábil à comprovação da reincidência de Juca, sendo indispensável a juntada aos autos da certidão cartorária.
- e) O Juiz poderá compensar a majorante do emprego de arma branca com a atenuante da menoridade relativa.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

Priscila Silveira

55. Com relação aos sujeitos do processo e à aplicação do Código de Processo Penal e

entendimento jurisprudencial, qual alternativa apresenta a afirmação CORRETA:

- a) A suspeição do juiz não pode ser reconhecida se a parte o injuriar ou criar motivos para tal.
- b) O corréu no mesmo processo pode atuar como assistente do Ministério Público.
- c) O impedimento não será declarado e reconhecido quando a parte injuriar o juiz ou de propósito der motivo para criá-la.
- d) As hipóteses de suspeição aplicáveis aos juízes não se estendem aos peritos, que estão sujeitos apenas à vedação de serem sócios, acionistas ou administradores de sociedade interessada no processo.
- e) A condução coercitiva do acusado para interrogatório não é permitida.

56. Com relação ao *habeas corpus* e seu processo, qual alternativa apresenta a afirmação INCORRETA:

- a) Magistrados e tribunais podem expedir de ofício a ordem de *habeas corpus* quando, durante um processo, constatarem que alguém está sofrendo ou corre o risco iminente de sofrer coação ilegal.
- b) Cabe a impetração de *habeas corpus* mesmo após o cumprimento integral da pena privativa de liberdade, se houver violação de direitos relacionados à execução da pena.
- c) A concessão do *habeas corpus* não impede o andamento do processo, desde que este não esteja em conflito com os fundamentos que motivaram a impetração do *habeas corpus*.
- d) Não cabe *habeas corpus* contra decisão condenatória a pena de multa, ou relativo a processo em curso por infração penal a que a pena pecuniária seja a única cominada.
- e) Se a ordem de *habeas corpus* for concedida para evitar uma ameaça de violência ou coação ilegal, o paciente (pessoa em favor de quem o *habeas corpus* foi impetrado) receberá um salvo-conduto assinado pelo juiz.

57. Conforme o Código de Processo Penal, contra a decisão que recusa a homologação à proposta de um acordo de não persecução penal

- a) caberá apelação.
- b) não caberá recurso. Pois, o recurso cabível contra a decisão que coloca fim à fase de conhecimento ou extingue a execução.
- c) caberá mandado de segurança.
- d) caberá remessa dos autos ao órgão superior do membro do Ministério Público.
- e) caberá recurso em sentido estrito.

58. Com base no Código de Processo Penal (CPP), assinale a assertiva correta no que diz respeito a revisão criminal:

- a) Pode ser requerida a qualquer momento, desde que antes de extinta a pena
- b) Tem como objetivo anular a condenação ou absolver o réu, não se destinando à redução da pena.
- c) A ação de revisão não pode ser sumariamente indeferida pelo relator a quem for distribuída, devendo ser enviada ao procurador-geral para manifestação, antes de ser analisada pelo revisor e julgada em sessão designada.
- d) É personalíssima, extinguindo-se com a morte do autor, ou seja, do condenado.
- e) Se a revisão for julgada procedente, a sentença poderá reconhecer o direito à justa reparação pelos danos causados pelo erro ou pela injustiça da condenação, desde que o interessado faça a requisição.

59. Com base no Código de Processo Penal, artigos 24 a 42, marque a alternativa CORRETA:

- a) A ação penal será proposta por meio de queixa do ofendido, no caso dos crimes de ação pública condicionada.
- b) Independente do crime, quando praticado contra o patrimônio ou interesse da União, Estado ou Município, a ação penal dependerá de requisição do órgão ofendido.
- c) A representação pode ser retratada a qualquer momento.
- d) O direito de representação se extingue, em caso de morte do ofendido ou de sua declaração de ausência por decisão judicial.
- e) Nos crimes de ação pública, a ação penal será proposta por meio de denúncia do Ministério Público.

60. Com relação à coisa julgada, assinale a alternativa CORRETA:

- a) A coisa julgada material é um efeito inevitável da preclusão da faculdade de recorrer.
- b) O réu poderá requerer a revisão criminal em qualquer tempo, antes da extinção da pena ou após.
- c) A decisão que declara a extinção da punibilidade não gera coisa julgada material.
- d) Os efeitos da coisa julgada se restringem à classificação jurídica do fato delituoso, desconsiderando a realidade dos fatos.
- e) O arquivamento do inquérito policial por atipicidade do fato não impede o ajuizamento de ação penal pelos mesmos fatos, caso novas provas surjam.

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

*Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.
Sua opinião é muito importante para nós!*

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
